



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

323

Quinta Câmara Cível

Agravo na Apelação Cível nº 0002488-12.2011.8.17.0480 (0324512-3)

Recorrente: TELEMAR NORTE E LESTE S/A

Recorrida: MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE DE BARROS

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL E DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. CONDIÇÃO DE ACIONISTA ADQUIRIDA PELA RECORRIDA EM FACE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EFETUADA PELA EMPRESA DE TELEFONIA DE NATUREZA PRIVADA. DIREITO À SUBSCRIÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES EQUIVALENTES AO VALOR PATRIMONIAL DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. RECONHECIMENTO. SÚMULA 371 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida. 1) **Preliminares:** i) ilegitimidade passiva: o entendimento do STJ é que a empresa sucessora da concessionária dos serviços de telefonia, integrante do sistema Telebrás, que firmou o contrato de participação financeira em razão de aquisição de linha telefônica, possui legitimidade passiva para ser demandada em ações dessa natureza. Preliminar rejeitada; ii) incompetência da Justiça Estadual: o juiz estadual não tem competência para decidir quanto à formação de litisconsórcio necessário com ente federal, pois, somente à Justiça Federal é que compete decidir se o ente federal tem interesse no feito (Súmula 150 do STJ), mesmo porque, trata-se de pretensão de direito obrigacional dirigida contra uma concessionária do serviço de telefonia, empresa privada, sociedade anônima, sucessora de outra concessionária do serviço de telefonia, igualmente privada. Preliminar rejeitada; e iii) prescrição: o prazo prescricional a ser observado, dada a natureza obrigacional que permeia a relação, é de 10 anos, consoante dispõe o art. 205 do Código Civil de 2002, cujo início deve ser contado a partir da sua vigência, conforme entendimento pacificado no STJ. Preliminar rejeitada. 2) **Mérito**: é sabido que antes da privatização do setor de telecomunicações, as empresas do sistema TELEBRAS controlavam o fornecimento dos serviços de telefonia e captavam recursos por intermédio da participação financeira dos próprios usuários que, quando adquiriam o direito ao uso de uma linha telefônica, automaticamente celebravam um contrato de adesão no qual integralizavam determinado valor e recebiam em contrapartida ações da companhia, a título de participação financeira. Em sendo assim, é certo que a todo aquele que firmasse contrato com a antiga TELPE S/A para aquisição de linha telefônica era imposto, necessariamente, a aquisição de ações daquela empresa. Por essa razão, a condição de acionista adquirida pelo usuário se originava diretamente da prestação de serviço efetuada pela empresa de telefonia, o que caracteriza, segundo a jurisprudência do STJ, a existência de relação de consumo a ensejar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Logo, resta evidente o direito da parte recorrida à subscrição da quantidade de ações equivalentes ao valor patrimonial da data da integralização, conforme estabelece a súmula 371 do STJ.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

324

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **rejeitar as preliminares** arguidas e, no mérito, também à unanimidade de votos, **negar provimento** ao recurso interposto, na conformidade do voto do relator, que passa a integrar este julgado.

Recife, 02 de julho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

325

Quinta Câmara Cível

Agravo na Apelação Cível nº 0002488-12.2011.8.17.0480 (0324512-3)

Recorrente: TELEMAR NORTE E LESTE S/A

Recorrida: MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE DE BARROS

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada às fls. 280/289.

Trata-se de Agravo interposto contra a decisão terminativa da lavra do então relator do feito, Des. Stênio Neiva, que negou seguimento ao recurso de apelação interposto pela **TELEMAR NORTE E LESTE S/A** que, por sua vez, foi apresentado contra a sentença do Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, proferida nos autos da *Ação Declaratória de Titularidade de Ações c/c Danos Morais*, ajuizada por **MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE DE BARROS**, ora agravada.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido autoral "para declarar a Autora titular das Ações referentes ao Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico No. 900976710, e o direito de resgatar a quantidade de Ações que não lhe foram subscritas, devendo ser adotado, como base de cálculo, o valor patrimonial da Ação vigente ao mês da integralização (STJ, Súmula 371), cujo valor poderá ser apurado em liquidação por cálculos (CPC, Art. 475-B, §§ 1º e 2º)". Quanto ao pedido de indenização por danos morais, o mesmo foi julgado improcedente (fl. 199).

Insatisfeita, a **TELEMAR** apelou (fls. 202/233). Preliminarmente, requereu o acolhimento das preliminares de ilegitimidade passiva; de litisconsórcio necessário com a União Federal; de incompetência da Justiça Estadual; e de prescrição. No mérito, pugnou pelo improvimento do apelo por inexistência de provas que justifiquem a procedência do pedido arial.

Contrarrazões ao apelo, pelas quais a parte recorrida requereu a manutenção da sentença guerreada (fls. 266/271).

Na decisão terminativa ora recorrida, o Des. Stênio Neiva rejeitou as preliminares arguidas pela **TELEMAR** e, no mérito, negou seguimento ao apelo por estar o mesmo em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil.

Ainda irredignada, a **TELEMAR** interpôs agravo (fls. 292/313) e, em síntese, alegou que: 1) o feito não poderia ter sido solucionado por decisão monocrática, porquanto a sentença do 1º Grau não observou que a concessionária atuou de acordo com os ditames da Súmula 371 do STJ, além do que a demanda versa sobre matéria fático-probatória, que impossibilita a aplicação do art. 557, do CPC, pelo que o recurso de apelação deverá ser julgado pela 5ª Câmara Cível; afirmou, ainda, que o julgamento monocrático pelo relator do feito fere o princípio do duplo grau de jurisdição; do devido processo legal; e do contraditório e da ampla 2) a preliminar de ilegitimidade passiva se justifica pelo fato de que no processo de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

326

privatização a TELEMAR não incorporou a TELEBRAS e, por tal motivo, a recorrente não pode ser demandada em negócio jurídico que não lhe diz respeito; 3) a Justiça Estadual não é competente para julgar a presente lide, em face do interesse da União Federal no feito, já que foi tal ente federativo que organizou, regulamentou e fez cumprir a política de telefonia de que trata a ação principal; 4) sendo a matéria regulada pela lei societária (Lei nº 6.404/76), há de ser observada a ocorrência da prescrição que, segundo o art. 287, inciso II, alínea "g", da referida norma, é de 03 (três) anos, quando a ação for movida pelo acionista contra a companhia, qualquer que seja o seu fundamento, sendo certo que, de acordo com a Lei nº 10.303/2001, que incluiu o mencionado art. 287, II, "g", à Lei das S/A, e que foi publicada no Diário Oficial do dia 01/11/2001, com *vacatio legis* de 120 dias, a ação principal somente poderia ter sido ajuizada até 01/03/2005, ou seja, como a demanda só teve início em 14/01/2011, não há dúvidas de que o prazo prescricional foi ultrapassado.

Requeru a reconsideração da decisão ora combatida e, caso a mesma seja mentida, que o feito seja submetido à 5ª Câmara Cível, para o fim de reformar a decisão recorrida e dar provimento ao recurso de apelação que interpôs, julgando improcedentes os pedidos autorais formulados na ação principal.

É o relatório.

Recife, 02 de julho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

327

Quinta Câmara Cível
Agravado na Apelação Cível nº 0002488-12.2011.8.17.0480 (0324512-3)
Recorrente: TELEMAR NORTE E LESTE S/A
Recorrida: MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE DE BARROS
Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não encontrando motivos para exercer o juízo de retratação pleiteado, submeto o feito à análise da Colenda 5ª Câmara Cível deste Tribunal.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do apelo e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, a decisão combatida está vazada nos seguintes termos (fls. 208/089):

"DECISÃO TERMINATIVA (...). DECIDO. (...). O recurso em tela não merece provimento. Por ser manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência pátria dominante, enseja o julgamento monocrático pelo relator, com a incidência do art. 557, do CPC, em homenagem ao princípio da economia processual.

Com efeito, vejamos. **(a) Da ilegitimidade passiva** A ré reconhece, expressamente, que incorporou em junho de 2001, após regular processo de privatização, parte das empresas de telefonia fixa do sistema Telebrás. Neste contexto, assumiu, por contrato, o ativo e o passivo da empresa Telecomunicações de Pernambuco S.A - TELPE, daí a sua legitimidade *ad causam* para responder pelas obrigações assumidas no contrato firmado entre a sucedida e a consumidora demandante. Neste sentido é o entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu, em caso análogo, a legitimidade passiva da empresa sucessora da concessionária dos serviços de telefonia, integrante do sistema Telebrás, que firmou o contrato de participação financeira em razão de aquisição de linha telefônica, sic: (...). (AgRg no Ag 1280881 SC 2010/0036391-2, Relator(a): Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Julgamento: 15/03/2011, Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA, Publicação: DJe 21/03/2011). Esta matéria também está consolidada no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco: (...). (Processo: AGV 2778572 PE 0015404-29.2012.8.17.0000, Relator(a): Antônio Fernando de Araújo Martins, Julgamento: 11/09/2012, Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível, Publicação: 173/2012). (...). (APL 622862220078170001 PE 0062286-22.2007.8.17.0001, Relator(a): Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Julgamento: 12/01/2012, Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível). Assim, a preliminar de ilegitimidade passiva não merece prosperar.

(b) Da formação do litisconsórcio necessário passivo com a União Federal e da incompetência da Justiça estadual O juiz estadual não tem competência para decidir quanto à formação de litisconsórcio necessário com ente federal. É que o juiz ao autorizar a formação do litisconsórcio necessário acaba por decidir sobre a permanência ou não,



328

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

sobre o interesse ou não do ente federal na causa. Como curial, somente a Justiça Federal é que compete decidir se o ente federal tem interesse no feito. Incide aqui a Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça: (...). Acontece que essa premissa técnico-jurídica não tem incidência quando o requerimento de ingresso do ente federal configura abuso do direito de defesa, caracterizado quando a postulação, v.g, é manifestamente contrária à jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, órgão judicial encarregado de uniformizar a interpretação do direito federal. No caso específico dos autos, a parte autora requer a declaração de sua titularidade sobre as ações provenientes de Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico firmado com a antiga TELPE S/A, com o fim de resgatá-las, devidamente corrigidas. Cuida-se, portanto, de pretensão nitidamente de direito obrigacional dirigida contra uma concessionária do serviço de telefonia, empresa privada, sociedade anônima, sucessora de outra concessionária do serviço de telefonia, igualmente privada. Em hipótese análoga, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu: (...). (REsp 979292 / PB - grifo nosso). Assim, considero incabível a formação do litisconsórcio necessário passivo com a União Federal.

(c) **Da prescrição** A parte autora requer o reconhecimento de sua titularidade sobre as ações provenientes de Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico de nº 9003976710, firmado com a antiga TELPE S/A, com o fim de resgatá-las, devidamente corrigidas. Entendo que o prazo prescricional a ser observado é o do art. 177 do Código Civil de 1916 (20 anos) ou do art. 205 do novo código civil (10 anos), conforme a norma de direito intertemporal do art. 2028 do Código Civil de 2002, tudo em razão da natureza obrigacional que permeia a relação. Nesse sentido: (...). (AgRg no REsp 1142763 RS 2009/0103447-1, Relator(a): Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Julgamento: 05/08/2010, Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA, Publicação: DJe 18/08/2010). (...). (TJ-DF - APC: 20060111161074 DF, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Data de Julgamento: 06/08/2008, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 08/09/2008 Pág.: 91 - grifo nosso). (...). (TJPE - Apelação Cível: 312495-6. Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes. 2ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 26/11/2013. Data de Publicação: 02/12/2013 - grifo nosso). Assim, em vista da natureza obrigacional do que se pleiteia, impõe-se a observância do que dispõe o art. 2028 do Código Civil, *in verbis*: (...). Aplicando-se tal dispositivo ao caso em análise, tem-se que o primeiro requisito resta preenchido, pois o Código Civil de 2002 ao estabelecer prazo prescricional de 10 anos, em seu artigo 205, reduziu o prazo anteriormente aplicado pelo Código de 1916, cuja extensão se protraía por 20 (vinte) anos (art. 177). No entanto, no que concerne ao outro requisito, estabelecido pela segunda parte do artigo referido, tem-se que a sua verificação não se deu, já que, na data em que o Código Civil entrou em vigor (11/01/2003), ainda não havia transcorrido a metade do prazo prescricional aplicado à espécie (20 anos). Por tais razões, ao presente litígio impõe-se a aplicação do prazo prescricional de 10 anos, consoante dispõe o art. 205 do CC, sendo que o seu início deve ser contado a partir da vigência do Código de 2002, conforme entendimento consolidado pelo STJ: (...). (STJ - AgRg no AREsp 300337/ES, Rel. Ministro Sidnei Beneti. Terceira Turma. Data do Julgamento: 28/05/2013. Data da Publicação: 20/06/2013 - grifo nosso).



329

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

(...). (STJ - REsp 1172707/AL, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Terceira Turma. Data do Julgamento: 28/05/2013. Data da Publicação: 05/11/2013 - grifo nosso). No mesmo sentido, colaciono alguns precedentes deste Tribunal: (...). (TJPE - AGV: 2539099 PE 0000891-56.2012.8.17.0000. Relator: Jones Figueiredo. Data de Julgamento: 29/03/2012. 4ª Câmara Cível - grifo nosso). (...). (TJPE - Apelação Cível 183218-0. Relator: Eduardo Augusto Paura Peres. 6ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 16/03/2010. Data de Publicação: 31/03/2010 - grifo nosso). (...). (TJPE - Apelação Cível 256255-8. Relator: Jones Figueiredo. 4ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 09/02/2012. Data de Publicação: 16/02/2012 - grifo nosso). Em vista do exposto, conclui-se que, havendo o prazo prescricional se iniciado em 11/01/2003 (início da vigência do Código de 2002), a prescrição da pretensão da demandante só se efetivaria em 11/01/2013. Como esta ajuizou a presente demanda em 10/03/2011, não há que se falar, portanto, na ocorrência da prescrição.

(d) **Do mérito** Como exposto supra, através da presente demanda, pleiteia a autora a declaração de sua titularidade sobre as ações provenientes de Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico, firmado com a antiga TELPE S/A, com o fim de resgatá-las. Ora, sabe-se que antes da privatização do setor de telecomunicações, as empresas do sistema Telebrás controlavam o fornecimento dos serviços de telefonia, captando recursos por intermédio da participação financeira dos próprios usuários. Dessa forma, ao adquirir o direito ao uso de uma linha telefônica, todo usuário celebrava, adesivamente, um contrato através do qual integralizava determinado valor, recebendo, em contrapartida, como participação financeira, ações da companhia. Assim, a todo aquele que firmasse contrato com a antiga TELPE S/A para aquisição de linha telefônica, era imposto, necessariamente, a aquisição de ações desta empresa. Em vista disso, a condição de acionista adquirida pelo usuário provinha, diretamente, da prestação de serviço efetuada pela empresa de telefonia, o que caracteriza, evidentemente, uma relação de consumerista. Por tais razões, o STJ já entendeu pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor em casos semelhantes ao do presente litígio: (...). (STJ - AgRg no REsp 768641/RS. Relator(a): Ministra Nancy Andrighi. Terceira Turma. Data do Julgamento: 18/10/2005. Data da Publicação: 07/11/2005 - grifo nosso). (...). (STJ - AgRg no Ag 1203088/RJ. Relator: Ministro Raul Araújo. Quarta Turma. Data do Julgamento: 11/04/2013. Data da Publicação: 21/05/2013 - grifo nosso). (...). (STJ - AgRg no AResp 212590/PE. Relator: Ministro Massami Uyeda. Terceira Turma. Data do Julgamento: 13/11/2012. Data da Publicação: 28/11/2012 - grifo nosso). Conforme consta à fl. 14, dos presentes autos, a demandante firmou Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico de nº 9003976710, em 11/11/95, com a TELPE S/A, pagando, como contraprestação ao serviço de telefonia, a quantia de R\$728,80 (setecentos e vinte e oito reais e oitenta centavos). É evidente, portanto, o seu direito à subscrição da quantidade de ações equivalentes ao valor patrimonial da data da integralização, conforme estabelece a súmula 371 do STJ: (...). Destaco, por conseguinte, que através da presente demanda a autora não pleiteia o pagamento de valores relativos a diferenças existentes entre ações já subscritas, mas aspira ao reconhecimento do seu direito à subscrição das ações obtidas em



330

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

virtude do contrato firmado com a empresa de telefonia. Em vista disso, restam infundadas as alegações da apelante quanto à responsabilização da União, por esta deter o controle totalitário das empresas de telefonia do Sistema Telebrás e em virtude de 'Fato do Príncipe', visto que o litígio em comento se fundamenta em relação contratual, sem qualquer interesse da União. Também não interessam à solução desta demanda as afirmações da apelante relativas à legalidade do procedimento por ela adotado quando da emissão das ações, visto que tal argumento não afronta a pretensão postulada pela parte autora. A recorrente cabia tão somente comprovar a ausência de prejuízo à demandante, o que não logrou através das suas alegações em sede de apelação. Por tais razões, constato que a demandante, ao firmar Contrato de Participação Financeira em Investimento e Prestação de Serviço Telefônico com a TELPE S/A, atendendo à contraprestação de R\$728,80 (setecentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), adquiriu o direito à capitalização das ações correspondentes. Esse é o entendimento do Colendo STJ, que trago à colação: (...). (STJ - REsp 500.236/RS. Relator: Ministro Ruy Rosado de Aguiar. Quarta Turma. Data do Julgamento: 07/10/2003. Data da Publicação: 01/12/2003 - grifo nosso). O recurso, portanto, seja pela sua manifesta improcedência, seja por estar em flagrante confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, impõe ao Relator a observância da previsão contida no "caput" do art. 557, do Código de Processo Civil, o qual dispõe: (...).

Ante o exposto, com fulcro no art. 557, 'caput', do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** à apelação cível aforada por **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, pelo que mantenho incólume a sentença atacada. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de fevereiro de 2014. **Stênio Neiva Coêlho Desembargador Relator**" (destaques no original)

Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida.

Em relação às preliminares arguidas, assim como dito na decisão vergastada, entendo que: i) **quanto à ilegitimidade passiva**: o entendimento do STJ é que a empresa sucessora da concessionária dos serviços de telefonia, integrante do sistema Telebrás, que firmou o contrato de participação financeira em razão de aquisição de linha telefônica, possui legitimidade passiva para ser demandada em ações dessa natureza; ii) **quanto à incompetência da Justiça Estadual**: o juiz estadual não tem competência para decidir quanto à formação de litisconsórcio necessário com ente federal, pois, somente à Justiça Federal é que compete decidir se o ente federal tem interesse no feito (Súmula 150 do STJ), mesmo porque, trata-se de pretensão de direito obrigacional dirigida contra uma concessionária do serviço de telefonia, empresa privada, sociedade anônima, sucessora de outra concessionária do serviço de telefonia, igualmente privada; e iii) **quanto à prescrição**: o prazo prescricional a ser observado, dada a natureza obrigacional que permeia a relação, é de 10 anos, consoante dispõe o art. 205 do Código Civil de 2002, cujo início deve ser contado a partir da sua vigência, conforme entendimento pacificado no STJ.

No mérito, também entendo que a decisão combatida deve ser mantida, posto que é sabido que antes da privatização do setor de telecomunicações, as empresas do sistema TELEBRAS controlavam o fornecimento dos serviços de telefonia e captavam recursos por intermédio da participação financeira dos próprios



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

331

usuários que, quando adquiriam o direito ao uso de uma linha telefônica, automaticamente celebravam um contrato de adesão no qual integralizavam determinado valor e recebiam em contrapartida ações da companhia, a título de participação financeira.

Em sendo assim, é certo que a todo aquele que firmasse contrato com a antiga TELPE S/A para aquisição de linha telefônica era imposto, necessariamente, a aquisição de ações daquela empresa. Por essa razão, a condição de acionista adquirida pelo usuário se originava diretamente da prestação de serviço efetuada pela empresa de telefonia, o que caracteriza, segundo a jurisprudência do STJ, a existência de relação de consumo a ensejar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Logo, resta evidente o direito da parte recorrida à subscrição da quantidade de ações equivalentes ao valor patrimonial da data da integralização, conforme estabelece a súmula 371 do STJ.

Ante o exposto voto no sentido de negar provimento ao agravo de fls. 292/313, mantendo a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator